

**LEI Nº 2.916, DE 13 DE MARÇO DE 2008**

**Revogada pela lei nº. 3.858/2024**

**~~cria o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de Alegre, e dá outras providências.~~**

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre aprovou e o Prefeito Municipal de Alegre, Estado de Espírito Santo, no uso das atribuições que o cargo lhe confere sanciona a seguinte Lei:~~

~~**Art. 1º.** Fica instituído o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, como órgão permanente, paritário normativo, deliberativo de promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso, com observância dos princípios e diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994, e a Lei Nº. 10.741 de Estatuto Nacional do Idoso de 01/10/03.~~

~~**Parágrafo único.** O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa é vinculado a Secretaria Municipal de Ação Social e Direitos Humanos.~~

~~**Art. 2º.** O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa reger-se-á pelo disposto nesta Lei, pelo que dispuser o seu Regimento Interno, e pelas outras disposições legais que lhe forem aplicáveis.~~

~~**Art. 3º.** Compete ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa:~~

- ~~**I** – Acompanhar a política de promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso, bem como supervisionar e fiscalizar a sua execução;~~
- ~~**II** – Acompanhar e avaliar a proposta orçamentária do município, no que se refere ao atendimento dos direitos do idoso, indicando modificações necessárias;~~
- ~~**III** – Estabelecer prioridades de atuação e critérios para a utilização dos recursos, programas e ações de assistência ao idoso;~~
- ~~**IV** – Acompanhar a concessão de auxílios e subvenções a entidades particulares, atuantes no atendimento do idoso;~~
- ~~**V** – Zelar pela efetivação da descentralização político-administrativa e da participação popular, por meio de organizações representativas, nos planos e programas de atendimento aos direitos do idoso;~~
- ~~**VI** – Propiciar apoio técnico a órgãos municipais e entidades não governamentais, no sentido de tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos que venham a ser estabelecidos no Estatuto do Idoso;~~
- ~~**VII** – Promover proteção jurídico-social do idoso;~~
- ~~**VIII** – Oferecer subsídios ou fazer proposições ao Prefeito objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à política do idoso;~~
- ~~**IX** – Promover campanhas de formação da opinião pública sobre os direitos assegurados ao idoso, bem como incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo do idoso;~~
- ~~**X** – Receber, apreciar e manifestar-se sobre as denúncias e queixas formuladas a respeito dos direitos do idoso;~~

~~**XI** – Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;~~

~~**XII** – Aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de defesa ou de atendimento aos direitos do idoso;~~

~~**XIII** – Exercer outras atividades regulares que objetivem a promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso.~~

~~**Art. 4º.** O Conselho Municipal dos Direitos de Defesa da Pessoa Idosa será integrado por membros titulares, e respectivos suplentes, compreendendo representantes dos seguintes órgãos e entidades:~~

~~**I** – De Órgãos ou Entidades Governamentais:~~

~~**a)** 01 (um) representante titular e suplente da Secretaria de Ação Social ou órgão equivalente;~~

~~**b)** 01 (um) representante titular e suplente da Secretaria da Educação;~~

~~**c)** 01 (um) representante titular e suplente da Secretaria de Saúde;~~

~~**d)** 01 (um) representante titular e suplente da Secretaria de Finanças~~

~~**II** – De Órgãos ou Entidades Não Governamentais.~~

~~**a)** 01 (um) representante titular e suplente da Associação Luiza de Marillac Lar dos vovôs;~~

~~**b)** 01 (um) representante titular e suplente da Igreja Católica (pastoral do idoso);~~

~~**c)** 01 (um) representante titular e suplente do usuário do BPC (Benefício de Prestação Continuada);~~

~~**d)** 01 (um) representante titular e suplente do Grupo Reflorescer da 3ª Idade;~~

~~**Art. 5º.** Os Membros titulares do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e respectivos suplentes, serão indicados ao Secretário Municipal de Ação Social e Direitos Humanos, e nomeados pelo Prefeito do Município, devendo a indicação observar a seguinte forma:~~

~~**I** – Pelos titulares dos respectivos órgãos, de livre escolha no caso dos órgãos e entidades governamentais;~~

~~**II** – Pelos Presidentes ou titulares das entidades não governamentais, após livre escolha pela respectiva entidade.~~

~~**Parágrafo único.** A indicação dos membros do Conselho, a que se refere este artigo, deverá ser efetuada até o décimo dia útil do mês subsequente ao da publicação desta lei.~~

~~**Art. 6º.** Os Conselheiros titulares e os suplentes representantes dos órgãos e entidades governamentais serão nomeados para um mandato que não poderá ser superior a 02 (dois) anos consecutivos, podendo, no entanto, ser destituídos a qualquer tempo.~~

~~**Art. 7º.** Os Conselheiros titulares e os suplentes representantes das entidades não governamentais serão nomeados para um mandato que não poderá ser superior a 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.~~

~~**Art. 8º.** A Presidência e Vice-Presidência do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa caberão aos membros que forem escolhidos pelos seus integrantes, por~~

~~maioria absoluta de votos, para um mandato de 02 (dois) anos. podendo ser reconduzidos por igual período.~~

~~**Art. 9º.** O desempenho da função de membros do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa será considerado como serviço relevante prestado ao município e não terá qualquer tipo de remuneração~~

~~**Art. 10.** O Conselho Municipal de defesa dos Direitos da Pessoa Idosa contará com uma Secretaria Executiva, que desenvolverá as atividades técnicas e administrativas.~~

~~**Art. 11.** As normas de funcionamento e atuação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e da sua Secretaria Executiva, serão disciplinadas em seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado por Resolução do Conselho, no prazo de 60 (sessenta) dias.~~

~~**Art. 12.** As atividades de apoio administrativo, necessárias ao desempenho dos trabalhos, relativos ao funcionamento e atuação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e da sua Secretaria Executiva, serão prestadas pela Secretaria Municipal de Ação Social ou congênere.~~

~~**Art. 13.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.~~

~~**Art. 14.** Revogam-se as disposições em contrário.~~

Alegre (ES), 13 de março de 2008.

**JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR**  
**Prefeito Municipal em Exercício**